

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALESSANDRE FONTES SAMPAIO

A CRISE ECONÔMICA DE 2008:
Consequências para a Indústria de Defesa e para a Marinha do Brasil

Rio de Janeiro

2009

CC ALESSANDRE FONTES SAMPAIO

A CRISE ECONÔMICA DE 2008:

Consequências para a Indústria de Defesa e para a Marinha do Brasil

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: Dr. Nival Nunes de Almeida

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2009

RESUMO

O mundo vivenciou no ano de 2008 uma crise econômica de proporções mundiais, inicialmente comparadas à crise ocorrida em 1929. Iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), trazendo conseqüências, inclusive nos dias atuais, para as diversas economias do mundo. Descreve-se de maneira sucinta como ocorreu a crise econômica de 2008, bem como a Indústria de Defesa e, mais particularmente, a Indústria de Defesa Brasileira, seu possível ressurgimento com a assinatura e divulgação da Estratégia Nacional de Defesa (END), a elaboração do Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), conseqüência do documento citado anteriormente, e a maneira que a crise afetou este importante nicho econômico da indústria. Descreve-se de que maneira ocorre a interação da crise econômica, Indústria de Defesa, END e o PEAMB na panóplia mundial atual. Conclui-se com as perspectivas de interação deste cenário, principalmente na Indústria de Defesa brasileira e no Programa da Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Crise. Indústria. Defesa. Estratégia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	A CRISE ECONÔMICA DE 2008.....	6
3	A INDÚSTRIA DE DEFESA.....	9
4	A INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA.....	13
5	PERSPECTIVAS.....	19
6	CONCLUSÃO.....	22
	REFERÊNCIAS.....	24
	APÊNDICE.....	26

1 INTRODUÇÃO

“A Defesa é essencial para garantir a soberania do Brasil e requer uma base industrial que garanta os meios para assegurar o exercício dessa soberania” (Luis Inácio Lula da Silva)¹. O Presidente Lula da Silva (1946-) apresenta a importância de uma Base Industrial de Defesa², principalmente no que tange a defesa da soberania. Fica notório que a capacidade de defesa do país começa a entrar na agenda das discussões do poder executivo e legislativo. A análise desta conjuntura, com a crise econômica ocorrida em 2008 poderá gerar conseqüências para o desenvolvimento da Indústria de Defesa no Brasil.

O ano de 2008 foi marcado por uma crise econômica só comparável à crise de 1929³, afetando os mercados, de diferentes maneiras em todo mundo. A principal diferença das crises econômicas anteriores foi o fato de ela ter começado na maior e, atualmente, a única superpotência mundial, os Estados Unidos da América⁴ (EUA).

No contexto mundial, cada país tem enfrentado a crise de uma maneira distinta, cada um encontrava-se em um estágio econômico, cada um sofrerá conseqüências diversas e diferentes. A análise das conseqüências da crise ainda não pode ainda ser quantificada e analisada, pois economistas admitem que se vive a crise, porém, com certeza, a maneira que ela está afetando os países é notória e mensurável.

Em paralelo a este importante fato da história mundial, nos últimos anos a Indústria de Defesa brasileira praticamente deixou de existir, segundo Amarante⁵ (2004, p. 27):

Na década de 90, a conjuntura internacional, marcada pelo final da Guerra Fria, pelo desmantelamento da União Soviética, pela disponibilidade dos “arsenais” acumulados devido ao clima de confronto, pela globalização com soberania “limitada”, pelo desmonte de barreiras tarifárias e pela sagração da competitividade, promoveu um quase aniquilamento da base industrial de defesa e uma considerável redução das atividades nos centros de P&D nacionais, notadamente naqueles que constituem a base científico tecnológica de defesa.

¹ Entrevista à Revista Tecnologia e Defesa – Ano 26 – n 117, p.21, 2009.

² É o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participam de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa (bens e serviços). Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/industria_defesa/index.php?page=bid>. Acesso em: 03 jul. 2009.

³ Segundo Boulos Júnior (2004), a Crise de 1929 (Grande Depressão) foi uma crise financeira, cujas principais causas foram a concentração capitalista, a concorrência européia, que reduziu o mercado dos produtos norte-americanos, configurando uma crise e superprodução. É considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, causando altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo.

⁴ Nota do autor.

⁵ José A. de Amarante, General de Divisão, foi presidente da Indústria de material Bélico do Brasil

Outro fato que cabe destaque na história da defesa, especificamente no Brasil, é a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END). A Indústria Nacional de Defesa parece estar renascendo, fato este que proporcionará a autonomia operacional das três Forças, sendo esta indústria um dos eixos estruturantes deste importante documento (SILVEIRA, 2009). As discussões que hoje ocorrem na sociedade brasileira alavancam este importante setor da indústria que, por suas características duais, afetam fortemente a sociedade brasileira.

Segundo a Política de Defesa Nacional (PDN):

O fenômeno da globalização, caracterizado pela interdependência crescente dos países, pela revolução tecnológica e pela expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, resultou em avanços para uma parte da humanidade. Paralelamente, a criação de blocos econômicos tem resultado em arranjos competitivos. Para os países em desenvolvimento, o desafio é o de uma inserção positiva no mercado mundial (BRASIL, 2005).

Continuando, a PDN define, de maneira clara, a interligação deste processo:

Nesse processo, as economias nacionais tornaram-se mais vulneráveis às crises ocasionadas pela instabilidade econômica e financeira em todo o mundo. A crescente exclusão de parcela significativa da população mundial dos processos de produção, consumo e acesso à informação constitui fonte potencial de conflitos (BRASIL, 2005).

Diante do exposto, a Indústria de Defesa como parte integrante do sistema produtivo e globalizado terá sido afetada por esta crise?

Nesse sentido, o propósito deste trabalho é descrever de maneira sucinta a crise econômica de 2008, abordando sua influência na Indústria de Defesa e de que maneira ela afetou a Marinha do Brasil, em um contexto temporal atual, principalmente, com as perspectivas de aquisições e reaparelhamento, consolidado no Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil⁶ (PEAMB), advindo da Estratégia Nacional de Defesa (END), documento assinado em 18 de dezembro de 2008, mostram este novo cenário, com novas perspectivas, onde a sociedade brasileira passa a discutir a soberania do Brasil, em especial a Defesa Nacional.

⁶ O Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB) deve substituir o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) existente anteriormente. Ítalo Pesce: Perspectivas para a Marinha do Brasil. Disponível em: < <http://www.alide.com.br/joomla/index.php/component/content/article/36-noticias/329-italo-pesce-perspectivas-para-a-marinha-do-brasil>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

2 A CRISE ECONÔMICA DE 2008

A crise de 2008 é comparável à de 1929, em virtude da gravidade dos seus efeitos, percebe-se a gravidade da situação e segundo define Lara Resende⁷ (2008), o epicentro foi o colapso da bolha especulativa imobiliária dos EUA, que chegaram à beira de um desastre financeiro. Repercussões já se espalharam por todo o mundo, o crédito foi imobilizado, as ações em bolsas de valores caíram, os preços das *commodities* despencaram, e há recessão em diversas economias do mundo. O mundo economicamente está sob tensão.

Silva (2008) explica a diferença básica entre a crise de 2008 e as anteriores:

Qualquer afirmação peremptória neste momento sobre a natureza da crise financeira (e já econômica) mundial deverá ser corrigida num futuro imediato. A comparação com as crises anteriores – seja a crise clássica por excelência, de 1929 - ou as crises chamadas de modernas (asiática, russa, brasileira, etc..) dos anos 90 do século XX, dificilmente serviria de parâmetro. Um dos únicos pontos já estabelecidos sobre a crise, e com algum consenso, é que as condições gerais onde se desenrola a crise são de natureza totalmente diversa dos casos anteriores.

Nesse sentido, no pensamento acima poderão ser depreendidas duas questões bem claras: a primeira que a atual crise encontra-se em pleno desenvolvimento, não tendo chegado ao fim; e segundo, que ela possui características completamente diferentes do ocorrido 1929. É consenso que a crise não se iniciou no processo produtivo ou por causa de um superconsumo, e continuando Silva (2008):

O seu contágio, em direção a chamada “economia real”, ou seja, para o processo produtivo, se dá através dos mecanismos de crédito, fazendo que a liquidez desaparecesse do mercado mundial, grandes bancos tiveram que garantir seu próprio lastro em face de carteiras tóxicas ou de baixa credibilidade; por outro, deu-se uma corrida para as chamadas “ilhas de segurança”, em especial os títulos do Tesouro dos Estados Unidos (e, entre nós, para os títulos públicos).

Em resumo, a crise restringiu severamente o crédito dos mercados, afetando diretamente o setor produtivo.

Silva (2008) divide os períodos da crise em três fases, a saber:

- Fase A, de dezembro de 2007 até setembro de 2008: anúncio da crise, estouro e fragilização da bolha imobiliária, afetando bancos e seguradoras;
- Fase B, setembro de 2008 até outubro de 2008: quebra de importantes bancos, pior fase da crise, contágio para os fundos de investimentos e agências. O mundo perplexo não tem idéia da dimensão da crise. O investidor tenta a fuga para investimentos seguros: dólar e títulos públicos;

⁷Andre Lara Resende é economista. A paráfrase foi retirada do prefácio do livro de Paul Krugman, A Crise de 2008.

- Fase C: a partir de Outubro de 2008: Após algumas hesitações, dá-se uma atitude mundial para o controle e diminuição do impacto da crise. O “Pacote Paulson” é corrigido e aceito pelo Congresso Americano; a União Européia, sob impulso de Gordon Brown e Nicolas Sarkozy (1955 -) assume um megaplano de estabilização, com forte ajuda aos países mais frágeis (os chamados “emergentes da Europa Oriental”). “Realiza-se, ainda, a primeira intervenção financeira global, reunindo os maiores bancos centrais do planeta” (TEIXEIRA DA SILVA, 2008).

Diferentemente do que poderia imaginar, o Brasil deverá ser um dos primeiros Estados a sair da crise conforme previsto no artigo da revista britânica *The Economist*⁸:

Na reportagem intitulada *Ready to Roll Again* (Pronta para Rodar de Novo), a revista destaca que, apesar da retração, a economia brasileira apresentou um desempenho acima do esperado no primeiro trimestre. O Produto Interno Bruto encolheu apenas 0,8% em comparação com os últimos três meses de 2008. Além disso, segundo a reportagem, os valores do mercado acionário e a criação de crédito já estão quase onde estavam antes do agravamento da crise, no final de 2008.

Este autor considera que, apesar da maneira que o Brasil tem enfrentado a crise, ela influencia de certo modo o setor econômico, como descrito a seguir. Neste caso, cabe um questionamento: poderá estar descolado da crise, apesar das sólidas bases da economia, como citado no artigo anterior? É uma pergunta frequente de diversos economistas brasileiros e até alguns mundiais. Alguns fatores podem corroborar para este descolamento, como cita Silva (2008):

A inexistência de uma “economia hipotecária” no país capaz de sustentar um amplo setor financeiro daí dependente; o bom estado de “saúde” dos bancos nacionais, além de inexistência de vínculos de financiamento entre os bancos nacionais e o sistema financeiro em crise nos Estados Unidos; a existência de mais de 200 bilhões de dólares em reservas; e o vigor do mercado interno.

O pensamento otimista de muitos economistas não se concretizou. O Brasil foi afetado pela crise, em consequência do fenômeno da globalização. Há previsão de encolhimento do PIB: “O governo já trabalha com um cenário de recessão técnica no Estado, apostando que o PIB cairá no primeiro trimestre frente ao anterior pela segunda vez consecutiva”⁹, fato este confirmado na divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2009. “O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país, registrou queda de 0,8% no primeiro trimestre de 2009, sobre o período

⁸Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-pode-ser-primeiros-sair-crise-476965.shtml>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

⁹VERSIANI, Isabel. NICOLACI, Ana. *Dados do PIB determinarão prorrogação de IPI menor para carros*. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/reuters/2009/06/08/ult29u67991.jhtm>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

imediatamente anterior, informou nesta terça-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰.

Este cenário poderá afetar o sistema produtivo¹¹, do qual faz parte a Indústria de Defesa Brasileira e, por extensão, o projeto para o reaparelhamento das Forças.

Por outro lado, há perspectivas positivas e, aparentemente, o Brasil dá sinais de recuperação. Segundo o Ministro Guido Mantega¹²: “Arriscaria dizer que já estamos no limiar de um novo ciclo de crescimento econômico”.

¹⁰Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/06/09/pib-do-brasil-recua-0-8-no-primeiro-trimestre-de-2009-756258827.asp>>. Acesso em: 09 jun 2009.

¹¹Nota do autor: fato este já visto com a queda do PIB, como citado anteriormente.

¹²Guido Mantega é Ministro de Estado da Fazenda. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/08/24/mantega-ajuste- crise-no-brasil-foi-mais-rapido-mais-barato-que-em-outros-paises-67290952.asp>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

3 INDÚSTRIA DE DEFESA

A Indústria de Defesa é importante para o desenvolvimento de um Estado. A complexidade tecnológica dos processos de desenvolvimento e produção, a importância das compras governamentais, a dependência da exportação, no caso de produtos com baixa demanda pelas Forças Armadas e setores de segurança, a necessidade de independência das importações, no que concerne a equipamentos sensíveis, a confidencialidade de alguns equipamentos, e a possibilidade de embargos para aquisição de itens, entre outros, são algumas das características da Indústria de Defesa.

Diversos avanços tecnológicos e produtos foram desenvolvidos a partir desta indústria, principalmente quando se executa um esforço de guerra. Esta possibilidade de aplicação dual da tecnologia é um dos pilares para o desenvolvimento e sustentabilidade da Indústria de Defesa. Diversos Estados investem nesta indústria, principalmente nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com o intuito de inovar e difundir novas tecnologias, para melhoria de produtos e processos. Dentre os avanços, podemos citar a Internet, medicamentos, veículos aéreos não-tripulados, tecnologia de informação e estratégias de guerra usadas em empresas. Por ser um setor dinâmico, faz diferença para o desenvolvimento, gerando renda, empregos e divisas. Segundo Cândido¹³ (2004, p. 57):

Não há como negar que a indústria de defesa é considerada, em qualquer nação moderna, um setor altamente estratégico e diretamente relacionado com a soberania do Estado e com a autodeterminação de um povo.

Na panóplia mundial, muito se fala sobre a Indústria de Defesa, principalmente suas influências sobre o mercado de um Estado. Segundo Silva¹⁴ (2004, p. 46):

Não parece ser coincidência que os países que lideram os negócios mundiais de produtos militares sejam os mais desenvolvidos, que proporcionam melhor qualidade de vida e melhores oportunidades para seus cidadãos. Entretanto, o Professor Porter¹⁵ não afirma que a produção de armas seja a chave-padrão para o desenvolvimento, mas aceita que ela seja uma ferramenta de importância para criar uma base tecnológica, a qual, seguramente, é alavanca de progresso e de melhoria da qualidade produtiva geral.

A manutenção e o desenvolvimento desta indústria são fundamentais para o desenvolvimento de um Estado. Muitos sabem disto e apóiam de maneira peremptória. Estados como EUA, França, Rússia possuem Indústrias de Defesa fortes que, além de garantir a defesa e soberania da nação, aumentam a capacidade industrial (geração de renda e

¹³Diretor-Presidente do Grupo Inbrafiltro e do COMDEFESA (Departamento da Indústria de Defesa) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁴Ex-Presidente da Petrobrás e da Varig. Foi Ministro de Estado da Infra-Estrutura. Atualmente preside a Empresa Pele Nova Biotecnologia e Participação LTDA.

¹⁵Michael Porter, o conhecido Professor da *Harvard University* e consultor de empresas.

empregos), não só no mercado interno, mas, principalmente, no mercado internacional, gerando divisas e colaborando com a balança comercial. As palavras do Ministro Nelson Jobim (1946-)¹⁶ em seu discurso na abertura da *Latin America Aero & Defense* (LAAD) 2009¹⁷, exemplificam o exposto:

Além de garantir a continuidade do ambiente de paz e tranqüilidade, com postura dissuasória que iniba qualquer atitude hostil em relação aos interesses nacionais, A Defesa passa a assumir papel ativo no processo de desenvolvimento [...] isso significa também o comprometimento com a Defesa em levar à economia brasileira inovações, parceria tecnológicas, estruturas de pesquisa e posicionamento mercadológico. Isso ajudará a fortalecer nossa base industrial e de serviços, que terá condições de atender as demandas internas e competir no mercado internacional.

Legislações tributárias especiais e subsídios dos Estados, também corroboram para seu desenvolvimento e aumento da competitividade, esta participação e apoio do poder executivo é fundamental. Drumond (2007) comenta em seu artigo:

Os países desenvolvidos têm como estratégia fomentar suas indústrias de Defesa através de instrumentos tributários, elevação de barreiras aduaneiras e de dispensa de tributação para os processos de fabricação. Isso já ocorreu no Brasil, em outros tempos. Mas o retrato que temos hoje no sistema de tributação empregado na produção de materiais de defesa é de um sistema desfavorável ao crescimento do setor industrial, o que ajuda em muito os concorrentes estrangeiros.

Outro fator importante nas contas econômicas de um Estado é o crescimento observado nos gastos militares (Fig 1). Segundo artigo da Folha de São Paulo:

A despeito da crise econômica, países investiram US\$ 1,46 trilhão em Forças Armadas, ou US\$ 217 per capita, diz estudo sueco, EUA e China lideram ranking de despesas militares, no qual o Brasil, que aumentou em 30% seu gasto em dez anos, figura na 12ª posição.¹⁸

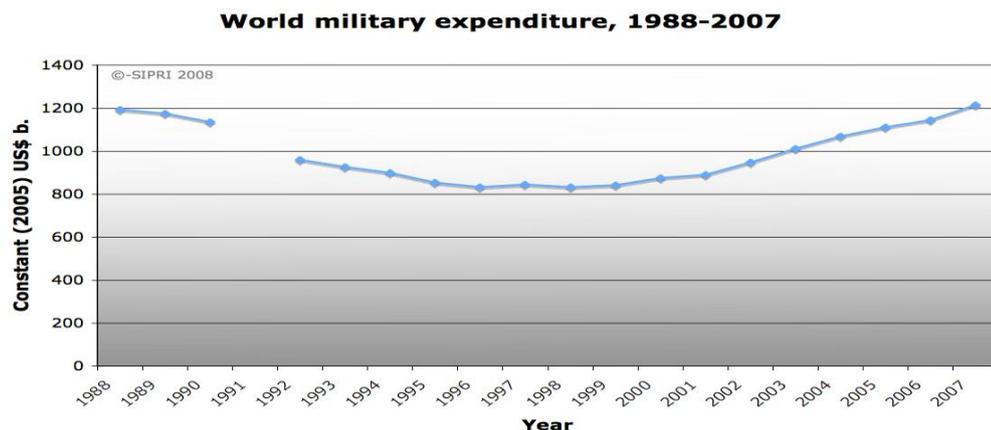


FIGURA 1: Gastos militares no mundo de 1988 a 2007.
Fonte: SIPRI Yearbook 2008, military expenditure database.

¹⁶ Atual Ministro de Estado da Defesa

¹⁷ Latin America Aero e Defense é o maior evento de Segurança e Defesa da América Latina. Disponível em: <<http://laadexpo.com/2009/release.php>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

¹⁸ Disponível em <http://www.abimde.com.br/?on=noticias¬icia_id=171> Fonte: Folha de São Paulo. Acesso em: 01 jul. 2009.

TABELA 1
Países que realizaram os maiores gastos na atividade de defesa em 2007.

	PAÍS	GASTO (Bilhão de dólares)	% em relação ao PIB
1	EUA	547	4,0
2	UK	59,7	2,6
3	CHINA	58,3*	2,1
4	FRANÇA	53,6	2,4
5	JAPÃO	43,6	1,0
6	ALEMANHA	36,9	1,3
7	RÚSSIA	35,4*	3,6
8	ARÁBIA SAUDITA	33,8	8,5
9	ITÁLIA	33,1	1,8
10	ÍNDIA	24,2	2,7
11	CORÉIA DO SUL	22,6	2,5
12	BRASIL	15,3	1,5
13	CANADÁ	15,2	1,2
14	AUSTRÁLIA	15,1	1,9
15	ESPANHA	14,6	1,2
	TOTAL	1214	Média 2,5

Fonte: SIPRI 2008 (http://archives.sipri.org/contents/milap/milex/mex_trends.html)

* valores estimados

Observando FIG. 1 e a TAB. 1, entende-se a atual geopolítica do mundo no que tange aos gastos militares. Na figura 1 identificamos o ponto de inflexão mais baixo os anos de 1996 a 1999 e, a partir daí, um crescimento mundial. Outro fator verificado na tabela 1 é a presença do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) no contexto dos gastos e os impressionantes 8,5 % do PIB da Arábia Saudita em gastos militares. O aumento desses gastos, observado em todo mundo, torna-se um fator importante para a análise economia dos Estados, como dito anteriormente.

Apesar de toda a evolução e importância econômica da Indústria de Defesa, a grande dificuldade para qualquer indústria é sustentar-se no mercado. É fundamental haver demanda constante e claramente dimensionada. Não tem sentido imaginar uma atividade regular no setor da Indústria de Defesa sem as Forças Armadas. Porém, não se deve abrir mão do mercado externo. A exportação dos produtos de defesa é fundamental para a confecção desta demanda, impactando diretamente na economia do Estado (SILVA, 2004).

Todas estas dificuldades, principalmente na demanda, geram diversas indagações sobre a viabilidade de uma Base Industrial de Defesa. Sua existência é uma decisão política que deve envolver todos os setores da sociedade, como define Dagnino¹⁹(2007, p. 92):

Essa evidência faz com que a decisão de implantar uma indústria de defesa seja sempre política e nunca econômica. Nenhum país no mundo implantou uma indústria de defesa para tentar obter ganho econômico, impacto social ou gerar emprego. Tal como já salientado, a decisão é política, uma vez que se trata de assegurar aos cidadãos benefícios como segurança, dissuasão, projeção de poder, minimização de ameaças, etc. A decisão de exportar material de defesa dá-se posteriormente à implantação da indústria. Quando um país decide exportar material de defesa, o faz buscando amortizar o investimento realizado para sua produção. Ou seja, a intenção é diminuir os prejuízos associados à utilização de recursos de natureza econômica, tecnológica e social escassos no País.

Segundo Dagnino (2007) e Campos Filho (2007) a Indústria de Defesa tenderá a funcionar de maneira deficitária. Por isso, a decisão de investir no segmento de produção de meios de defesa, ao invés de adquiri-los no exterior, depende da existência de um nível de demanda interno coerente com a escala de produção industrial mínima rentável e deve estar subordinada à capacidade política do Estado para exportar esse tipo muito particular de produto. Fica evidente neste ponto, a necessária e fundamental participação do nível político.

Torna-se claro que a participação da sociedade, representada pelo nível político²⁰, na discussão sobre a defesa nacional, é fundamental para a sustentabilidade de uma Base Industrial de Defesa (BID). A razão de ser de uma BID forte é o País, fica evidente a necessidade da interação com o poder político. A defesa nacional deve ser vista como uma Política de Estado e não de governo, corroborando com o grande estrategista Clausewitz (1780-1831): “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

¹⁹Professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

²⁰Nota do autor: Consideramos o nível político, os integrantes do poder legislativo, em suma o Congresso Nacional.

4 INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA

Segundo Amarante (2004, p. 23), os seguintes fatos marcaram o início das atividades da Indústria de Defesa:

O ano de 1762 marcou o início das atividades industriais no âmbito das Forças Armadas no território brasileiro. Naquele ano, o Vice-rei, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, fundou, no Rio de Janeiro, a Casa do Trem de Artilharia com a finalidade de suprir as necessidades de defesa no Cone Sul, em termos de reparação de material bélico e de fundição. Dois anos depois, em 1764, o Conde da Cunha transformou a Casa do Trem em Arsenal do Trem, emprestando-lhe maiores responsabilidades logísticas. Em 1763, organizou-se o Arsenal de Marinha.

Durante toda sua história, que se confunde com a própria história do Brasil, a Indústria de Defesa brasileira viveu momentos de altos e baixos. Durante as décadas de 1980 e 1990, devido a crises econômicas, políticas de não incentivo, entre outros fatores, fizeram ela praticamente desaparecer. Estados emergentes, como o Brasil, simplesmente pegavam tecnologia emprestada, não desenvolvendo sua indústria (AMSDEN, 2009²¹). Os gastos militares ficaram em segundo plano, como comentam Pesce (2007) e Silva (2007):

A elite política brasileira nunca viu os militares como servidores do Estado, mas como adversários na disputa pelo poder no campo interno. Por isso, investimentos na área de defesa foram sempre considerados "desperdício de recursos" - ou até mesmo "munição para o inimigo". No campo externo, a opção habitual para evitar problemas foi a submissão do país à potência hegemônica do momento.

Drumond (2007), diretor da Revista "Tecnologia & Defesa" em seu artigo "O Brasil em primeiro lugar", vislumbra o renascimento da Indústria:

A trajetória de dificuldades da indústria de Defesa do Brasil é bem conhecida. Remonta a meados da década de 1980. Vinte anos depois, o governo acordou para o grave problema da perda de boa parte da capacidade produtiva do parque industrial, pela falta de encomendas internas. As principais razões que formaram esse quadro foram os sucessivos cortes impostos pelos ajustes fiscais e os acanhados orçamentos militares.

A END diz:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. (BRASIL, 2008, p. 1)

A citação anterior, por si só, poderia questionar a existência das Forças Armadas e, por conseguinte, a Indústria de Defesa. A soberania e a Defesa de um Estado são garantidas pelas Forças Armadas, adestradas e bem aparelhadas capazes de cumprir suas diversas tarefas.

²¹Alice H. Amsden é economista e professora da Massachusetts *Institute Of Technology* (MIT), sendo considerada pela Revista *Scientific American* como um dos 50 maiores visionários do Mundo.

A busca de uma Indústria de Defesa nacional, consolidada por uma política de estado, é fundamental para uma nação.

Corroborando com sua importância, cita Vidigal (2004):

O desenvolvimento e fortalecimento da indústria militar no Brasil é um requisito essencial. Se, por um lado, sua existência contribui para a dissuasão, por outro, a inexistência de uma indústria militar de defesa deixa o país sujeito a boicotes nas horas de crise, exatamente no pior momento. Durante o conflito Falklands/Malvinas, a Argentina enfrentou muitas dificuldades por sua dependência ao exterior em itens militares críticos.

Um Estado como o Brasil, por suas dimensões continentais e pelas imensas riquezas que possui, não pode abrir mão de uma estrutura voltada para defender sua soberania. A extensa costa marítima e o espaço aéreo exigem que o estado brasileiro dê atenção e recursos compatíveis à magnitude das questões ligadas à soberania nacional. Medidas dissuasórias devem ser tomadas a fim de proteger nosso patrimônio.

As novas ameaças à soberania são observadas, como citam Pesce (2007) e Silva (2007), com uma visão política de futuro:

No Século XXI, os conflitos pela posse de recursos naturais escassos, localizados em países periféricos, poderão tornar-se comuns. É por isso que os principais países ocidentais - fortemente dependentes de petróleo e outras matérias primas estratégicas - vêm investindo na ampliação da capacidade expedicionária de suas Forças Armadas.

Além disso, algumas características são essenciais para definir a capacidade de defesa de um país: “cultura militar e cultura da sociedade, desenvolvimento e preparo tecnológico, equipamentos adequados e atuais e estrutura logística” (PEREIRA, 2008, p. 41 e 42).

Conforme citado na END:

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa. (BRASIL, 2008, p. 3)

As duas necessidades do Brasil são a existência das Forças Armadas e o envolvimento da sociedade nesta nova panóplia brasileira. A END foi feita para balizar as ações governamentais, principalmente na área da indústria de defesa e como descreve a sua diretriz 22: “Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa” (BRASIL, 2008, p. 8).

Em suma, a END mostra que a defesa nacional está deixando de ser uma questão restrita às Forças Armadas para tornar-se um tema vinculado à agenda nacional de desenvolvimento. Não há necessariamente uma ameaça definida, mas tem que se aproveitar

os benefícios que a Indústria de Defesa pode trazer para o desenvolvimento da nação. Este documento possibilitará um arranjo institucional que poderá garantir a continuidade e a regularidade da Indústria brasileira de Defesa, tentando sobreviver e não ficar a *mercê* de cortes e contingenciamentos orçamentários. Para o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), a END é um marco que vai elevar o Brasil à condição de uma nação forte, competente e capaz de fazer o desenvolvimento nacional. Por outro lado, vai exigir uma série de iniciativas, tanto no campo legislativo, quanto no executivo. O deputado cita como medidas fundamentais as desonerações para material de defesa, maior agilidade dos processos de licitação para bens de alta tecnologia e também os necessários avanços no processo de absorção de tecnologia²².

A Indústria de Defesa brasileira deve cumprir seu papel estratégico e, para isso, é necessário não apenas uma demanda que sustente a sobrevivência, mas também a transferência de tecnologia, abordada pelo Ministro da Defesa e, também, pelo Ministro Mangabeira Unger: “quando tratarmos de uma tecnologia central para nossa defesa, vamos insistir que uma parte importante da pesquisa e da produção seja conduzida dentro do Brasil”.²³

Segundo Cândido (2004, p. 60): “A indústria de defesa nacional precisa, com urgência, de um tratamento justo e voltado para os interesses da soberania nacional, que não dificulte, ou até mesmo não impossibilite a sua sobrevivência”. Deve-se ter em mente que o objetivo do empresário é o lucro.

Estes instrumentos de proteção, porém, não podem conflitar com as regras internacionais e com a integração da economia brasileira, fundamental para um crescimento sustentável desta indústria, principalmente no Brasil.

Não obstante, a indústria brasileira tenta se fortalecer, após vários anos no ocaso, instituições. Diversas foram criadas com objetivos de congregar as Indústrias de Defesa do Brasil, dentre as quais podemos citar:

ABIMDE – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança: Entidade civil, sem fins lucrativos, congrega as empresas do setor de material de

²²SILVEIRA, Virgínia. *Indústria de defesa e governo debate um novo modelo que privilegie as empresas nacionais*. Fonte: Valor Econômico. Desafios estratégicos. 09/04/2009.

²³SIMÕES, Eduardo. *Indústria de Defesa será blindada contra contingenciamento*. Disponível em: <<http://defesabrasil.com/site/noticias/defesa/industria-de-defesa-sera-blindada-contra-contingenciamento.php>>. Acesso em 10 ago. 2009.

emprego militar com a finalidade de patrocinar, promover, e representar seus interesses e objetivos comuns, visando o engrandecimento social e econômico do Brasil²⁴.

SIMDE – Sindicato Nacional da Indústria de Material de Defesa: “Congregar, representar e defender os interesses das empresas associadas, contribuindo na formulação de políticas públicas para o setor de Defesa, e para a criação e manutenção de uma Base Industrial, Logística, Científica, Tecnológica & Inovação forte e saudável, voltadas para a Defesa, em consonância com os objetivos de soberania nacional e da Constituição Brasileira²⁵.”

AIAB - Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil: “é a entidade de classe que congrega e representa as empresas brasileiras do setor aeroespacial, promovendo e defendendo seus interesses e objetivos comuns, tanto no país, como no exterior. Fundada em 1993, tem sua sede social na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, onde está localizado o maior pólo industrial deste Setor. Suas associadas atuam em toda gama de atividades aeroespaciais, desde a concepção, desenvolvimento, produção, comercialização e assistência pós-venda, além de serviços técnicos especializados em todas as áreas dos segmentos aeronáutico, espacial e de defesa. A AIAB articula a ação conjunta das empresas do Setor junto ao Governo Brasileiro, a sociedade do país e as entidades internacionais, sendo também membro ativo do ICCAIA - *International Coordinating Council of Aerospace Industries Associations*.²⁶”

COMDEFESA - A preocupação da FIESP com a nossa situação estratégica de vigilância e defesa e com o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa criou o Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa com o objetivo de conhecer o setor, suas dificuldades e necessidades; criar propostas de melhoria; atuar de acordo com as premissas da Política Nacional de Defesa, contribuir com a Política Nacional da Indústria de Defesa; desenvolver projetos com a participação de todos os elos, tanto da cadeia produtiva quanto da cadeia complementar; produzir políticas estratégicas para promoverem o setor e fortalecer e valorizar as Forças Armadas, por meio de eventos e projetos que envolvam nossa sociedade. Com o esforço e a dedicação de todos os diretores, o COMDEFESA foi instituído, em setembro de 2007, Departamento da Indústria de Defesa, que continua atuante e empenhado para o fortalecimento da Indústria Nacional de Defesa.²⁷

²⁴Disponível em: <<http://www.abimde.com.br/?on=abimde>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

²⁵Disponível em: <<http://www.abimde.com.br/?on=abimde&in=simde>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

²⁶Disponível em: <<http://www.aiab.org.br/portugues/>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

²⁷Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/defesa/default.aspx>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

As instituições descritas são as principais na atualidade, porém, existem outras que tem o profícuo objetivo de divulgar e desenvolver a Indústria de Defesa brasileira, bem como fortalecer esta indústria em âmbito nacional e internacional.

Além das instituições anteriormente descritas, outro fato que fortaleceria a Indústria de Defesa brasileira seria a integração com os países da América do Sul, de vital importância para o aumento da demanda, formando uma forte economia de escala. O estrategista militar Almirante Vidigal, afirma que:

A integração da América do Sul, através da integração de suas indústrias de defesa, embora difícil e delicada, me parece um imperativo. [...] Os Ministérios da Defesa dos diversos Estados deveriam tomar para si essa tarefa. Afinal, estaríamos trocando uma total dependência do exterior, onde predominam exclusivamente interesses comerciais, por uma interdependência regional, onde o interesse dominante é mais de natureza política do que meramente financeira e representa a decisão de compartilharmos um destino comum. (VIDIGAL, 2004, p.109)

Na mesma linha de raciocínio, Guimarães (2007, p.188) sustenta que “A estratégia brasileira de defesa vê o continente sul-americano de forma integrada e considera a cooperação militar entre as Forças Armadas, inclusive em termos de indústria bélica, como um fator de estabilidade e de equilíbrio regional através da construção de confiança.”.

Amarante (2004) resume alguns óbices e dificuldades que são enfrentados pela Indústria de Defesa brasileira, como torná-la viável e auto-sustentável em tempo de paz: falta de regularidade nas encomendas militares, em decorrência das restrições orçamentárias; falta de regularidade nas encomendas civis, em decorrência da conjuntura econômica adversa; e custo de manutenção de plantas estratégicas, superdimensionadas para a demanda em tempo de paz. O grande desafio é como eliminar ou reduzir estas dificuldades. Uma das soluções é a exportação de produtos militares, porém o apoio político é fundamental para a concretização do negócio. O Presidente francês Nicolas Sarkozy demonstrou o apoio político de um chefe de estado durante a venda do submarino e helicópteros para as Forças Armadas brasileira, sendo peça fundamental para a concretização do negócio. A matéria do jornal “O Globo” mostra esta participação do poder executivo:

Brasil e França assinarão na próxima semana um grande acordo global na área de defesa, numa parceria que envolve aquisição de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear e tecnologia a ser empregada no programa "Soldado do Futuro", que atuará em ações na selva e com capacidade de visão noturna. Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e o francês Nicolas Sarkozy assinarão os termos da parceria no próximo dia 23, no Rio. [...]O governo francês quer fazer do Brasil um de seus principais parceiros na área militar. A França domina tecnologias nessa área e é considerada uma potência mundial (ÉBOLI, MENEZES, 2008).

Este autor considera que a indústria de defesa num país, incluindo a brasileira, tem que ser entendida como um segmento essencial e particularmente produtivo para grande

parte da economia mundial, um debate e uma participação da sociedade deve ser inerente. Prevalecendo a vontade política, por conseguinte, estimulando as Forças Armadas, as reais compradoras do material produzido, a fazê-lo. Resta saber se ocorrerão justificativas empresariais para produzir e vender, com sucesso e chances de sobrevivência, que justifiquem os pesados investimentos certamente necessários.

Este autor considera que o Brasil vive um momento de mudanças e evoluções. A sociedade brasileira começa a entender o verdadeiro objetivo das Forças Armadas, bem como a necessidade de uma Indústria Nacional de Defesa, que seja competitiva e que possa se auto-sustentar. Documentos como a END, diversos fóruns que ocorrem no Brasil, discutindo o tema, como os ocorridos na LAAD e na Escola de Guerra Naval fortalecem essas idéias. O fato é que, para esta mudança tornar-se uma realidade para o Brasil é preciso que a END seja implementada. Várias diretrizes e perspectivas de futuro foram lançadas como o submarino nuclear, uma segunda Esquadra entre outras e, finalmente, o país deve contar com uma Indústria Nacional de Defesa forte e que illustre os anseios do povo brasileiro para a garantia de sua soberania.

5 PERSPECTIVAS

Como consequência da decretação da END, as Forças Armadas estão elaborando um Plano de Equipamento e Articulação das Forças Armadas para o período 2009-2030. A perspectiva é que em setembro, seja finalizada a proposta de um Projeto de Lei de Aparelhamento e Articulação da Defesa Nacional, a ser submetida ao Presidente da República. O PEAMB substituirá o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) em vigor, incluindo as metas e prioridades daquele decreto.

De maneira clara, o Chefe do Estado-Maior da Armada, definiu o descrito acima em sua aula inaugural na EGN, em 2009:

O PRM foi elaborado em função de nossas necessidades estratégicas e, mais do que isso, foi considerada, também, a realidade socioeconômica do País. Esse programa está harmonizado com o planejamento governamental, segundo os Planos Plurianuais (PPA), e contempla um contexto temporal até o ano de 2026. Além disso, é sistematicamente reavaliado, o que ocasionou sua divisão em dois períodos nos quais foram estabelecidas prioridades para o período de 2008 até 2014 e para os anos ulteriores. Contudo, o PRM poderá ser substituído pelo Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), ora em fase de elaboração (SILVA FILHO, 2009, p. 10).

O PEAMB tem o propósito de contemplar uma proposta de distribuição de instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento das hipóteses de emprego da Marinha. Dentre os maiores benefícios para a nação destacam-se a transferência de tecnologia, o elevado índice de nacionalização dos itens e a considerável geração de empregos, fatores estes de extrema importância estratégica para o país. (MOURA NETO, 2009, p. 32)

A crise de 2008, descrita no capítulo, colocou um ponto de interrogação neste processo. Até que ponto ele foi afetado e de que maneira a Indústria de Defesa reagiu à crise? Um fato concreto, inicialmente, foi um contingenciamento parcial no orçamento das forças. Segundo During (2009):

Recém lançada Lei Orçamentária de 2009, o Ministério do Planejamento lançou um pesado corte no dia 22 de Janeiro, retirando do orçamento 37,2 BI, da área de Defesa. Reduziu os valores de investimento de 4,3 Bi para 2,4 Bi ou uma redução de 44 % e de custeio de 6,7 Bi para 2,0 Bi com uma redução de 70,2%. Os cortes na área de investimento de Defesa representaram 14,26% de todos os cortes nas áreas de investimentos do Governo Federal.

A avaliação do presidente da EMBRAER, Frederico Curado, citado por Camarotto (2009), define a visão de uma das principais empresas brasileiras, principalmente da área de defesa:

O cenário negativo para os negócios da Embraer, com demanda fraca e cancelamento de pedidos, pode já ter atingido o "fundo do poço", porém a situação deve se manter neste nível até 2011, a estrutura da Embraer já está adequada para um mercado "ruim" esperado para os próximos dois anos. Talvez a coisa tenha parado de piorar. A situação se estabilizou um pouco. Pararam os cancelamentos em massa. Mas as vendas seguem muito fracas.

O pensamento poderá nos remeter a dois aspectos da crise, ela afetou a empresa, porém a situação atual é de melhora ou, pelo menos, de estabilização. Como exemplo, a China cancelou a compra de 45 modelos Embraer 190. Em sua última visita à China, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva tentou, sem sucesso, “desencalhar” o negócio (CAMAROTTO, 2009). Cabe ressaltar que, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) é uma das parceiras da Marinha do Brasil em alguns programas relativos à Aviação Naval, como a modernização das aeronaves AF-1/1A.

Segundo entrevista realizada com o CA (RRm) Carlos Afonso Pierantoni Gambôa²⁸, no restante do mundo os conflitos não diminuíram e os países continuam preocupados com a segurança, aparentemente a demanda econômica se manteve constante neste setor. No Brasil, a END elevou a expectativa de aquecimento na Indústria de Defesa brasileira. Os programas FX2²⁹ e KC-390³⁰ da Força Aérea Brasileira, Programas de Submarinos e Navios-Patrolha da Marinha do Brasil são exemplos deste aquecimento.

Outro fato que demonstra alguma desvinculação da Indústria de Defesa com a crise de 2008, foi a magnitude da LAAD 2009, muito maior em termos de área, a pujança da feira impressionou muitos observadores e, mais uma vez, a END foi apontada como causa deste destaque (CARNEIRO, 2009).

No setor naval, a grande presença brasileira na LAAD 2009, foi da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) com seu extenso portfólio, destacando-se munições e plataformas flutuantes (CARNEIRO, 2009, p. 21). Empresa que de maneira profícua muito bem promove a Indústria Militar Naval Brasileira.

Continuando, Carneiro (2009, p.10), comenta a influência da END:

²⁸Carlos Afonso Pierantoni Gamboa é vice-presidente da ABIMDE e Vice-Almirante (RRm) da Marinha do Brasil.

²⁹O Projeto FX-2 pretende reequipar e renovar a Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira. Disponível em:< http://www.defesabr.com/Fab/fab_novofx.htm>. Acesso em: 25 jul. 2009.

³⁰Avião transporte e Reabastecimento a ser desenvolvido pela EMBRAER, sendo a assinatura do contrato anunciado durante a LAAD 2009.(CARNEIRO, 2009, p. 14)

Certa ou errada, com falhas e omissões ou não, o fato é que, pelo menos ela representa uma definição, um documento tangível para delinear os rumos futuros do setor e ajudar à indústria a melhor definir seus produtos prioritários.

De maneira clara, é notória a importância da END neste aquecimento da Indústria de Defesa brasileira. Ela apóia esta indústria de uma forma bastante clara e objetiva. O que resta agora é transformar a intenção em ação (GAMBOA, 2009).

O setor de defesa, aparentemente, não foi afetado pela crise econômica de 2008 de modo significativo. Os países se preocuparam com suas respectivas seguranças internas e, como os conflitos regionais não diminuíram, as aquisições se mantiveram estáveis ou até mesmo em alta. No Brasil, o aumento, ainda que pequeno, nos orçamentos das FFAA proporcionou uma reativação do setor (GAMBOA, 2009). Cabe ressaltar que um possível contingenciamento de verbas para o Ministério da Defesa pode contribuir para o atraso ou a não realização na totalidade do PEAMB, conforme especificado na END.

6 CONCLUSÃO

O mundo viveu em 2008 uma crise sem precedentes, comparada à crise de 1929 e cujas repercussões já se espalharam por todo o mundo. O crédito foi imobilizado, bolsas caíram, *commodities* despencaram, houve recessão em diversas economias do mundo. A crise extirpou o crédito dos mercados, afetando diretamente o setor produtivo.

O Brasil está enfrentando a crise de uma forma bastante consciente, procurando se manter sempre à frente dos problemas, atitudes estas reconhecidas mundialmente. Apesar da maneira como o Brasil tem enfrentado a crise, esta influencia, de certo modo, o setor econômico do país, inclusive com previsão de redução do PIB, afetando sobremaneira o setor produtivo do país e, conseqüentemente, a Indústria de Defesa brasileira.

A Indústria de Defesa é importante para o desenvolvimento dos países. Sua característica dual é fundamental e um dos pilares para seu desenvolvimento e sustentabilidade, além de gerar riquezas e emprego.

A participação política na discussão sobre a defesa nacional é fundamental para a sustentabilidade de uma Base Industrial de Defesa.

Um país como o Brasil, por suas dimensões continentais, e pelas imensas riquezas que possui, não pode abrir mão de uma estrutura voltada para defender sua soberania. Caso o país queira ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Há de se aproveitar os benefícios que a Indústria de Defesa pode trazer para o desenvolvimento da nação.

A Indústria brasileira de Defesa tentará sobreviver e não ficará a mercê de cortes e contingenciamentos orçamentários. A END é um marco que elevará ou poderá elevar o Brasil à condição de uma nação forte, competente e capaz de fazer o desenvolvimento nacional. Por outro lado, vai exigir uma série de iniciativas, tanto no campo legislativo, quanto executivo: maior agilidade dos processos de licitação para bens de alta tecnologia, os necessários avanços no processo de absorção de tecnologia, um regime jurídico e tributário especial, regularidade nas encomendas militares, a fim de blindar o País contra o contingenciamento de verbas destinadas à compra de equipamentos pelo governo.

O Brasil vive um momento de mudanças e evoluções. A sociedade brasileira começa a entender o verdadeiro objetivo das Forças Armadas e, conseqüentemente, entender a necessidade de uma Indústria Nacional de Defesa.

Com a aprovação da END, as Forças Armadas encontram-se elaborando um Plano de Equipamento e Articulação das Forças Armadas para o período 2009-2030, que substituirá

o Programa de Reparcelamento da Marinha (PRM) existente anteriormente, incluindo as metas e prioridades do documento acima citado.

Finalmente, o contingenciamento de recursos orçamentários, devido à crise econômica de 2008, poderá comprometer o PEAMB, seja atrasando seu contexto temporal, seja a sua não realização na totalidade, conforme especificado na END. Uma mudança na mentalidade política do país é fundamental e necessária. Para acontecer esta mudança, é preciso que a END seja implementada e o PEAMB executado e aprovado. Várias diretrizes e perspectivas de futuro foram lançadas, tais como: o submarino nuclear, uma segunda Esquadra entre outras e, finalmente, o país deve contar com uma Indústria Nacional de Defesa forte e que ilustre os anseios do povo brasileiro, para a garantia de sua soberania. É preciso transformar intenção em ação. E isto só é possível com recursos e, principalmente, com a adoção de uma Política de Estado no planejamento da defesa da soberania do país.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, José Carlos Albano do. Indústria de Defesa. *A Defesa Nacional. Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro, n. 800, p. 55-64, set./dez. 2004. Trimestral.

_____. Indústria Brasileira de Defesa: Uma questão de Soberania e de Autodeterminação. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*. p. 23-44, Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

AMSDEN, Alice H. O Grupo dos Oito está perdido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 12 de julho de 2009. Caderno de Economia, p. E3

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *Coleção história: sociedade & cidadania*. São Paulo: FTD, 2004.

BRASIL. Decreto 6703, de 18 de dezembro de 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 18 dez. 2008.

_____. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 2005

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.169-189, set/dez. 2007.

CAMAROTTO, Murillo. *Pior já passou, mas crise vai até 2011*. 2009. Disponível em: <http://www.abimde.com.br/?on=noticias¬icia_id=161>. Acesso em: 10 jun. 2009.

CÂNDIDO, Jairo. Indústria Brasileira de Defesa: Uma questão de Soberania e de Autodeterminação. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*. p. 57-80, Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

CARNEIRO, Mário Roberto Vaz. LAAD 2009. *Segurança & Defesa. Revista do Profissional*. Número 95, p. 10-21. São Paulo-SP. Contec Editora, 2009.

DAGNINO, Renato Peixoto. CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. *Análise sobre a Viabilidade de Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira*. vol. 4, n. 3. Vitória-ES, Brasil – Set/ Dez 2007, p. 191-207.

DRUMOND, Cosme Degenar. *O Brasil em primeiro lugar*. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/zz/ind_def_comdefesa.htm>. Acesso em: 24 jul. 2009.

DURING, Nelson. *Os Gastos de Defesa do Brasil: uma análise*. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/md1/budget_3.htm>. Acesso em: 7 jul. 2009.

ÉBOLI, Evandro. MENEZES, Maiá. *Sarkozy, no Brasil semana que vem, assinará com Lula acordos nas áreas militar, nuclear e de meio ambiente*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/12/15/sarkozy-no-brasil-semana-que-vem-assinara-com-lula-acordos-nas-areas-militar-nuclear-de-meio-ambiente-587305768.asp>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

GAMBOA, Carlos Afonso Pierantoni. São Paulo, SP. 25 JUL. 2009. Entrevista concedida a Alessandre Fontes Sampaio.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.169-189, set/dez. 2007.

KRUGMAN, Paul. *A Crise de 2008: e a Economia da Depressão*. Rio de Janeiro, RJ. Campus, 2009.

MOURA NETO, Julio Soares de. A Marinha e a Estratégia Nacional de Defesa. *Revista Tecnologia e Defesa*. Edição LAAD 2009, ano 26 – n. 117, p. 32, 2009.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. Marinha do Brasil. Pensamento Estratégico e Defesa Nacional. *Revista Marítima*: Rio de Janeiro, v. 128, n. 10/12, out/dez. 2008. p. 37- 45

PESCE, Eduardo Ítalo e SILVA, Iberê Mariano da. *Ideologias Antimilitares*. Monitor Mercantil Digital. <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=39896>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

_____. *Perspectivas para a Marinha do Brasil*. Disponível em: <<http://www.alide.com.br/joomla/index.php/component/content/article/36-noticias/329-italo-pesce-perspectivas-para-a-marinha-do-brasil>>. Acesso em 01 jul. 2009.

PINTO, J. R. de Almeida, ROCHA, A. J. Ramalho da, SILVA, R. Doring Pinho da. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País* – Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. 310p. ; 22cm. – (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança ; v.3)

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A crise mundial e o Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, Nº27, Rio, 2008. Disponível em: <http://www.tempopresente.org.index.php?option=com_content&task=view&id=4317&Itemid=147>. Acesso em: 20 mai. 2009.

SILVA, Ozires. A Indústria de Defesa. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*. p. 45-56, Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

SILVA FILHO, Aurélio Ribeiro da. *Aula Inaugural dos Cursos de Política e Estratégia Marítima (C-PEM), Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) e Superior da Escola de Guerra Naval*. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/downloads/Aula%20Inaugural%20EGN%202009%20versão%20final.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2009

SILVEIRA, Fernando Malburg da. A Estratégia Nacional de Defesa e a Indústria Nacional de Defesa. *Revista Marítima Brasileira*, vol. 129, nº 04/06. Rio de Janeiro: abr/jun. 2009. p. 128-141.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A missão das Forças Armadas para o século XXI. *Revista Marítima Brasileira*, vol. 124, nº 10/12. Rio de Janeiro: out/dez. 2004. p. 101-115.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Como o Senhor avalia que a crise global de 2008 afetou a indústria de defesa no Brasil (IDN)?
- 2- As Forças Armadas brasileiras tem condições de proporcionar as IDN demanda para sobreviverem em um sistema competitivo?
- 3- O Senhor possui alguma sugestão para o incremento do relacionamento entre as FFAA e as Indústrias de Defesa Nacional?